

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) garantirá o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, em caso de redução temporária da capacidade de pagamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 20.

§ 7º A garantia de pagamento por perda da capacidade de pagamento da qual trata o inciso I do caput deste artigo aplicar-se-á aos empregados afetados pela redução salarial autorizada pelo Programa de Proteção ao Emprego, independente do percentual de redução.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora se apresenta tem intuito de proteger os empregados que, porventura, sejam atingidos pela redução salarial

autorizada pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e percam temporariamente a capacidade de pagamento das prestações de imóveis adquiridos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PPE foi instituído pela Medida Provisória nº 680/2015, a qual permite que empresas reduzam temporariamente, em até 30%, a jornada de trabalho de seus empregados, com a redução proporcional do salário. Os empregados afetados pela medida farão jus a uma compensação pecuniária equivalente a 50% do valor da redução salarial e limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego, enquanto perdurar o período de redução temporária da jornada de trabalho.

A efetivação dessa prática pode, de fato, impactar o orçamento familiar e a capacidade de pagamento dos mutuários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), demonstrando a relevância da iniciativa, que pretende dar segurança financeira aos trabalhadores atingidos mais gravemente por crises econômicas.

Com as regras que vigoram hoje, comprovada a perda da capacidade de pagamento, seja por motivo de desemprego ou redução salarial superior a 30%¹, o beneficiário do PMCMV pode solicitar a concessão de empréstimo para pagamento de prestações do financiamento habitacional. Com isso, recupera-se a capacidade momentânea de pagamento sem, com isso, prejudicar o equilíbrio financeiro do Programa.

Esse suporte é possível pela existência do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) que, nos termos do inciso I do *caput* do art. 20 da Lei nº 11.977/2009, tem como finalidade “garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)”.

Como o PPE prevê redução salarial de até 30%, os empregados atingidos pela redução salarial não estariam sob a proteção do FGHab, pois este trabalha somente com percentuais de perda superiores a 30%. O que se pretende, portanto, é estender a cobertura do Fundo Garantidor

¹ Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/manualmcmv_direitos.pdf.

aos empregados afetados pelo PPE, independentemente do percentual de redução a que forem sujeitos.

Ressalta-se que não se trata de isentar os mutuários do pagamento das parcelas, mas tão somente permitir que haja condições mais favoráveis de negociação em períodos de crise.

É com esse propósito que peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame